

# Inclusão e Educação 2

Danielle H. A. Machado  
Janaína Cazini  
(Organizadoras)



 **Atena**  
Editora

Ano 2019

**Danielle H. A. Machado**  
**Janaína Cazini**  
(Organizadoras)

# **Inclusão e Educação**

## **2**

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação e Edição de Arte:** Geraldo Alves e Natália Sandrini

**Revisão:** Os autores

### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

I37 Inclusão e educação 2 [recurso eletrônico] / Organizadoras Danielle H. A. Machado, Janaína Cazini. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Inclusão e Educação; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-030-8

DOI 10.22533/at.ed.308191501

1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais.  
3. Educação inclusiva. 4. Língua Brasileira de Sinais. 5. Braille  
(Sistema de escrita). I. Machado, Danielle H. A. II. Cazini, Janaína.  
III. Série.

CDD 379.81

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

A obra “Educação e Inclusão: Desafios e oportunidades em todos as séries educacionais” aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora, em seu II volume, com 19 capítulos, apresentam estudos sobre Pessoas Cegas, Sistema Braille, Pessoas Surdas, Sistema de LIBRAS e as novas tecnologias aplicadas na educação para estimular e auxiliar o processo de ensino e aprendizagem desse público.

A Educação Inclusiva é colocada a luz da reflexão social desde 1988 com a Constituição Federal Brasileira onde garante que a educação é um direito de todos e é dever do Estado oferecer Atendimento Educacional Especializado, preferencialmente na Rede regular de ensino. Porém, somente em 2001 com a Resolução n2 e o Parecer n9 que se evidencia como esse processo de inclusão educacional de pessoas com deficiência deve ser feito, fomentando uma comoção em todos as esferas educacionais como o currículo escolar, formação de docentes e didática de ensino.

Colaborando com essa transformação educacional, este volume II é dedicado ao público de cidadãos Brasileiros que possuem deficiência visual (cego) e deficiência auditiva (surdo) trazendo artigos que abordam: experiências do ensino e aprendizagem, no âmbito escolar, desde as séries iniciais até a o ensino universitário que obtiveram sucessos apesar dos desafios encontrados; a mediação pedagógica como força motriz de transformação educacional e a utilização de tecnologias assistivas para auxiliar o aprendizado do discente cego ou surdo.

Por fim, esperamos que este livro possa fortalecer o movimento de inclusão social, colaborando e instigando professores, pedagogos e pesquisadores a pratica da educação inclusiva ao desenvolvimento de instrumentos metodológicos, tecnológicos, educacionais que corroboram com a formação integral do cidadão.

Danielle H. A. Machado  
Janaína Cazini

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A CONCEPÇÃO DOS CEGOS SOBRE O ENSINO DO SISTEMA BRAILLE NO CONTEXTO DAS NOVAS TECNOLOGIAS	
<i>Eliane Maria Dias</i>	
<i>Francileide Batista de Almeida Vieira</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3081915011</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>13</b>
BAIXA VISÃO E A INTERDISCIPLINARIDADE NA “AMPLIAÇÃO” DOS SABERES	
<i>Eurides Bom im de Melo</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3081915012</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>23</b>
DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA PRÁTICAS EDUCACIONAIS INCLUSIVAS DIANTE DE ALUNOS CEGOS NA UNIVERSIDADE	
<i>Lisiê Marlene da Silveira Melo Martins</i>	
<i>Luzia Guacira dos Santos Silva</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3081915013</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>34</b>
O ENSINO DE BIOLOGIA PARA DEFICIENTES VISUAIS DO INSTITUTO DOS CEGOS DE CAMPINA GRANDE: EXPLICANDO EMBRIOLOGIA HUMANA COM A VOZ, ARGILA E AS MÃOS	
<i>Álisson Emmanuel Franco Alves</i>	
<i>Jessica Maria Florencio de Oliveira</i>	
<i>Mayla Aracelli Araujo Dantas</i>	
<i>Elizabeth de Lourdes Bronzeado Krkoska</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3081915014</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>46</b>
EMPRESTA SUA VOZ? RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA INCLUSIVA NA UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI-URCA	
<i>Martha Milene Fontenelle Carvalho</i>	
<i>George Pimentel Fernandes</i>	
<i>Maria José Chaves</i>	
<i>Ana Patrícia Silveira</i>	
<i>Luiza Valdevino Lima</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3081915015</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>54</b>
O OLHAR DO OUTRO SOBRE A DIFERENÇA SURDA: REPRESENTAÇÃO SOBRE OS SURDOS E A SURDEZ	
<i>Francisco Uélison da Silva</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3081915016</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>65</b>
ESCOLA BILÍNGUE PARA SURDOS	
<i>Francyllayans Karla da Silva Fernandes</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3081915017</b>	

**CAPÍTULO 8 ..... 72**

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE ESTUDANTES SURDOS DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

*Wilma Pastor de Andrade Sousa*  
*Antonio Carlos Cardoso*  
*Keyla Maria Santana da Silva*  
*Lindilene Maria de Oliveira*

**DOI 10.22533/at.ed.3081915018**

**CAPÍTULO 9 ..... 80**

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM ESTUDO SOBRE A AVALIAÇÃO DE ESTUDANTES SURDOS NA ESCOLA REGULAR

*Vanessa Nicolau Freitas dos Santos*  
*Andreza Cristina Santos de Araújo*

**DOI 10.22533/at.ed.3081915019**

**CAPÍTULO 10 ..... 90**

A EDUCAÇÃO DE SURDOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA: AVANÇOS E DESAFIOS

*Giovana Parente Negrão*  
*Allan Rocha Damasceno*

**DOI 10.22533/at.ed.30819150110**

**CAPÍTULO 11 ..... 104**

O INTÉRPRETE DE LIBRAS NO SISTEMA EDUCACIONAL DE TERESINA – PIAUÍ

*Ana Cristina de Assunção Xavier Ferreira*  
*Camélia Sheila Soares Borges Araújo*

**DOI 10.22533/at.ed.30819150111**

**CAPÍTULO 12 ..... 119**

O ENSINO HÍBRIDO COMO ALTERNATIVA PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE SURDOS

*Rejane do Nascimento da Silva*

**DOI 10.22533/at.ed.30819150112**

**CAPÍTULO 13 ..... 125**

A CONTAÇÃO, OS OUVINTES E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: INTERFACES DE UM ENSAIO INCLUSIVO

*Martha Milene Fontenelle Carvalho*  
*Francileide Batista de Almeida Vieira*

**DOI 10.22533/at.ed.30819150113**

**CAPÍTULO 14 ..... 134**

FERRAMENTAS DE INCLUSÃO PARA O ENSINO DE QUÍMICA: DESENVOLVIMENTO DE DIAGRAMAS DE DISTRIBUIÇÃO ELETRÔNICA PARA ALUNOS CEGOS E SURDOS

*Laís Perpetuo Perovano*  
*Amanda Bobbio Pontara*  
*Ana Nery Furlan Mendes*

**DOI 10.22533/at.ed.30819150114**

**CAPÍTULO 15 ..... 145**

A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NO ENSINO REGULAR: O QUE DIZEM OS PROFESSORES

*Ana Claudia Tenor*

**DOI 10.22533/at.ed.30819150115**

**CAPÍTULO 16 ..... 157**

TECNOLOGIAS DIGITAIS COMO FERRAMENTA EDUCACIONAL NO PROCESSO DE INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

*Márcia Verônica Costa Miranda*

*Ruan dos Santos Silva*

**DOI 10.22533/at.ed.30819150116**

**CAPÍTULO 17 ..... 169**

TECNOLOGIA ASSISTIVA E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: CONSTRUINDO UMA EDUCAÇÃO SUPERIOR INCLUSIVA

*Josenilde Oliveira Pereira*

*Thelma Helena Costa Chahini*

**DOI 10.22533/at.ed.30819150117**

**CAPÍTULO 18 ..... 180**

LÍNGUA DE SINAIS E IMPLANTE COCLEAR: O PONTO DE VISTA DE PESQUISADORES

*Ana Cláudia Tenor*

**DOI 10.22533/at.ed.30819150118**

**CAPÍTULO 19 ..... 188**

EDUCAÇÃO SOMÁTICA COMO PERSPECTIVA INCLUSIVA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

*Fábio Soares da Costa*

*Janete de Páscoa Rodrigues*

*Ana Carolina Brandão Verissimo*

*Andreia Mendes dos Santos*

**DOI 10.22533/at.ed.30819150119**

**SOBRE AS ORGANIZADORAS ..... 203**

## A EDUCAÇÃO DE SURDOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA: AVANÇOS E DESAFIOS

### **Giovana Parente Negrão**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro,  
Faculdade de Educação  
Seropédica – Rio de Janeiro

### **Allan Rocha Damasceno**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro,  
Faculdade de Educação  
Seropédica – Rio de Janeiro

**RESUMO:** O estudo sobre “A Educação de Surdos na Rede Municipal de Ensino no município de Abaetetuba- Pará: Avanços e Desafios, tem como finalidade analisar a educação dos surdos na rede municipal de Ensino, uma vez que as pesquisas a respeito da história da educação de surdos demonstram claramente o quanto essas pessoas, público-alvo da Educação especial foram injustiçadas ao longo da história da educação, pelos equívocos ocorridos nas decisões sobre as melhores maneiras de educá-las, bem como visa discutir as polêmicas geradas entre as duas concepções de surdez, clínico-terapêutico e sócio antropológica, que perduram ainda hoje. O estudo baseou-se em análise bibliográfica e documental, adotando-se como referencial diferentes autores como Alvez (2010), Damázio (2007), Rapoli (2010) e Mantoan (2007) que discutem educação especial, inclusão e surdez e legislações pertinentes. Para tanto,

no primeiro momento, o texto discorre sobre a definição dos conceitos sobre deficiência auditiva e surdez, em seguida dialoga sobre aprendizagem na abordagem histórico-cultural; apresenta a proposta de educação Bilingue-Libras e Língua Portuguesa; discorre sobre as novas diretrizes da educação especial inclusiva e por fim analisa a educação de alunos surdos no município de Abaetetuba/Pá. Concluiu-se que a educação dos alunos surdos, público da educação especial na rede municipal de ensino no município de Abaetetuba apresentam avanços significativos que sinalizam para a construção de uma proposta inclusiva, no entanto, faz-se necessário a superação de barreiras políticas, às quais se constituem em entraves a uma educação de qualidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Especial, Inclusão e Surdez.

**ABSTRACT:** The study on “The Education of the Deaf in the Municipal Education Network in the city of Abaetetuba-Pará: Advances and Challenges, aims to analyze the education of the deaf in the municipal network of Education, since the research on the history of education deaf people demonstrate clearly how these people, the target audience of Special Education were wronged throughout the history of education, the mistakes made in the decisions about the best ways to educate them, as well as aims



to discuss the controversies generated between the two conceptions of deafness , clinical-therapeutic and anthropological partner, that still exist today. The study was based on bibliographical and documentary analysis, adopting as reference different authors such as Alvez (2010), Damázio (2007), Rapoli (2010) and Mantoan (2007) that discuss special education, inclusion and deafness and relevant legislation. Therefore, in the first moment, the text discusses the definition of concepts about hearing loss and deafness, then dialogue about learning in the historical-cultural approach; presents the Bilingual-Libras and Portuguese Language education proposal; discusses the new guidelines of inclusive special education and finally analyzes the education of deaf students in the municipality of Abaetetuba / Pá. It was concluded that the education of deaf students, public of special education in the municipal education network in the municipality of Abaetetuba present significant advances that signal the construction of an inclusive proposal, however, it is necessary to overcome political barriers, the which constitute barriers to quality education.

**KEYWORDS:** Special Education, Inclusion and Deafness.

## 1 | INTRODUÇÃO

Educação para Todos, Cidadania, Inclusão, Direito à Diversidade, Pluralidade Cultural, respeito às Diferenças são expressões que podem ser utilizadas no contexto social em diferentes discursos, conforme os interesses político-ideológicos. Nesse sentido, como meros clichês em uma sociedade capitalista que vem produzindo cada vez mais excluídos.

Para compreender os diversos sentidos e significados atribuídos a esses conceitos, faz-se necessário situá-los no contexto histórico, das mudanças provocadas pelo principalmente pelo processo de globalização neoliberal e pela crise de paradigmas.

Historicamente, os conceitos e as políticas de educação inclusivas foram construídos a partir da realização da Conferência Mundial sobre Educação Para Todos, em 1990. Momento em que lideranças mundiais buscavam promover a universalização da educação em meio à hegemonia do modelo de globalização neoliberal excludente e à expansão dos novos movimentos sociais de caráter identitário e multicultural. Neste momento histórico, diversos grupos reivindicaram o direito de serem diferentes, deterem suas próprias culturas.

Inspirada na Declaração Mundial de Educação para Todos e na Declaração de Salamanca, a Educação Inclusiva defende o acesso de todos/as à escola, mediante a criação de mecanismos e práticas educativas que respeitem as necessidades das pessoas com deficiência.

Este estudo está organizado em sessões. Discorre-se sobre a definição dos conceitos sobre deficiência auditiva e surdez, dialoga sobre aprendizagem na abordagem histórico-cultural. Apresenta-se a proposta de educação Bilingue-Libras e Língua

Portuguesa, discute-se sobre as novas diretrizes da educação especial inclusiva e por fim analisa-se a educação de alunos surdos no município de Abaetetuba/Pá.

## 2 | DEFICIÊNCIA AUDITIVA E SURDEZ: UMA DEFINIÇÃO DE CONCEITOS

O estudo sobre a cultura surda traz à tona a discussão sobre dois conceitos que, ao longo da história e das pesquisas mostram-se definidores de formas distintas de conceber a surdez.

A perspectiva clínico-terapêutica embasava-se na construção histórica de como as pessoas, com características biológicas e/ou mentais diferentes da maioria (ouvintes), eram tratadas perante a sociedade.

Segundo essa concepção, a preocupação central está na busca pela correção de um “defeito” biológico presente na pessoa surda. Essa abordagem retira o foco das questões pertinentes ao campo educacional e traz para o campo clínico do tratamento da surdez.

Nessa concepção, o aprender a falar é primordial ao desenvolvimento educacional e pessoal do surdo. Ampliam-se os conhecimentos científicos e tecnológicos acerca do aparelho auditivo, de criação de próteses auditivas cada vez mais sofisticadas, buscando a normatização do surdo. A surdez é vista como deficiência e classificada por graus de perdas: leve, moderada, severa ou profunda.

Segundo Godfeld (2003), a surdez é classificada como deficiência auditiva e categorizada quanto ao grau de perda auditiva, sendo elas:

Perda auditiva leve (26 a 40 dB): Não tem efeito significativo no desenvolvimento desde que não progrida, geralmente não é necessário uso de aparelho auditivo;

Perda auditiva moderada (41 a 70 dB): Pode interferir no desenvolvimento da fala e linguagem, mas não chega a impedir que o indivíduo fale;

Perda auditiva severa (71 a 90 dB): Interfere no desenvolvimento da fala e linguagem, mas com o uso de aparelho auditivo poderá receber informações utilizando a audição para o desenvolvimento da fala e linguagem;

Perda auditiva profunda (a partir de 91): Sem intervenção a fala e a linguagem dificilmente irão ocorrer. (GODFELD, 2003, p.25).

Essa visão se restringe a considerar a surdez apenas como um problema biológico, não envolvendo sua dimensão mais ampla ligada aos fatores sócio-culturais. Esta corrente de pensamento reforça a relação de poder que se estabelece entre o ouvinte e o surdo, denominada por Skliar de “ouvintismo”, o que representa mais do que a imposição da língua oral, mas condiciona a sua inserção à sociedade dos ouvintes à aquisição de valores culturais e sociais próprios dessa cultura, ignorando a existência de uma comunidade que possui identidade própria.

Nessa abordagem, o modo de considerar um indivíduo surdo, é por meio da

perspectiva médica e para que ele se enquadre nos padrões normais, neste caso, falar e escutar como todas as outras pessoas, a sociedade ouvinte age no sentido de tentar normatizá-lo. Considera -se, pois, que se pode ensinar o sujeito surdo a falar e ler os lábios, entretanto, ressalta-se que por mais que ele seja ensinado a falar, jamais será capaz de ouvir e perceber o mundo por meio de sons e da audição, pois sempre fará uma “leitura” visual do mundo e de todas as suas experiências.

Contrapondo-se a essa abordagem, encontra-se a visão sócio-antropológica, onde o sujeito surdo não é visto como deficiente, mas alguém diferente, no sentido de não se enquadrar aos modelos impostos pela sociedade como normais.

Nesta segunda abordagem, a pessoa surda é vista como um ser humano, em toda a sua complexidade, que faz parte de uma comunidade que apresenta especificidades culturais diferentes da cultura ouvinte, as quais como toda cultura, abarcam problemáticas identitárias, linguísticas e políticas.

Segundo os seguidores desta abordagem, o problema que desafia os surdos é o impedimento dos ouvintes em relação ao uso da língua de sinais, o qual não se dá apenas por força física, mas também por meio de violências sutis, na base da coerção psicológica que enuncia a desvalorização da língua de sinais em favor do treino exaustivo da língua oral.

Pode-se definir uma pessoa surda como aquela que apresenta um déficit de audição que a impede de adquirir, de maneira natural, a língua oral/auditiva usada pela comunidade majoritária e que constrói sua identidade calcada principalmente nesta diferença, utilizando-se de estratégias cognitivas e de manifestações comportamentais e culturais diferentes da maioria das pessoas que ouvem.

Discutindo o conceito de surdez, Skliar (1998, p.13) o define como “uma diferença construída histórica e socialmente, efeito de conflitos sociais, ancorada em práticas de significações e representações compartilhadas entre surdos”.

Para Behares (2000, p.2): “o surdo não é diferente unicamente porque não ouve, mas porque desenvolve potencialidades psicoculturais diferentes das dos ouvintes.” Faz-se necessário, portanto, uma resignificação da surdez, para concebê-la como uma realidade heterogênea e multifacetada.

Uma diferença que, acima de tudo, deve ser compreendida e respeitada, garantindo ao sujeito surdo o direito de ter acesso à língua de sinais e de fazer parte de uma comunidade que apresenta especificidades culturais diferentes da cultura ouvinte.

De acordo com o Decreto nº 5626/2005, considera-se surda a pessoa que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

A identidade surda, num conceito pós-moderno, é entendida como: plural, múltipla, contraditória, e que nunca está pronta, mas está sempre em construção.

Perlin (2005, p.52), faz as seguintes formulações quanto às categorias que

## constituem as identidades dos surdos:

. Identidade surda: faz uso da experiência visual por meio da língua de sinais; recria e reclama pela história da alteridade surda; tem consciência surda de ser definitivamente diferente e de necessitar de implicações e recursos completamente visuais, demonstrando consciência política.

. Identidade surda híbrida: surdo que nasceu ouvinte, e que, com o tempo, se tornou surdo. Apresenta identidade diferente para diferentes ocasiões. Usa o português falado como língua. Capta do exterior a comunicação de forma visual e passa para a língua que adquiriu por primeiro.

. Identidade surda de transição: surdo que foi mantido sob a égide ouvinte e passou para a comunidade surda. É a transição da identidade ouvinte para a surda. Passa pelo processo de des-ouvintização, mas apresenta sequelas da representação ouvinte, que são evidenciadas nas diferentes etapas da vida.

. Identidade surda incompleta: surdo que vive sob a ideologia ouvintista latente, que trabalha para socializar os surdos de maneira compatível com a cultura dominante. Tentativa de reprodução da identidade ouvinte, com atitudes ainda necessárias para sustentar as relações de poder dominantes.

. Identidade surda flutuante: o surdo se manifesta a partir da ideologia do ouvinte. Despreza a cultura surda, não tem compromisso com ela. (PERLIN 2005, p.52)

A categorização das “identidades surdas” representa a aceitação da diferença, especificidades culturais e linguísticas inerentes à surdez, como significação política, para que não haja equívocos como o de querer universalizar os surdos aos padrões ouvintes.

Algumas mudanças de concepções sobre as especificidades culturais e identitárias dos surdos ocorreram ao longo da trajetória histórica de luta e reivindicações da comunidade surda, na busca pelos seus direitos. Porém, ainda há um longo caminho a percorrer.

O imaginário social em relação à expressão surdo é carregado de estigmas e de deficiência. Isso fica claro nas palavras de Perlin (1998):

O estereótipo sobre o surdo jamais acolhe o ser surdo, pois o imobiliza a uma representação contraditória, a uma representação que não conduz a uma política de identidade. O estereótipo faz com que as pessoas se oponham, às vezes disfarçadamente, e evite a construção da identidade surda, cuja representação é o estereótipo da sua composição distorcida e inadequada. (PERLIN, 1998, p.54).

Desconstruir o modelo de deficiência é vislumbrar as restrições singulares de surdos e ouvintes, ou seja, suas diferenças. Nesse sentido, Pimenta (2001, P.23), afirma que a surdez deve ser reconhecida como apenas mais um aspecto das infinitas possibilidades da diversidade humana, pois ser surdo não é melhor ou pior do que ser ouvinte, é apenas, diferente.

### 3 | A APRENDIZAGEM DO ALUNO SURDO NA ABORDAGEM HISTÓRICO-CULTURAL

A educação do aluno surdo, na perspectiva da abordagem histórico-cultural, parte do princípio de que não é possível pensar em educação de surdos sem discutir as relações que se estabelecem entre surdez e linguagem.

A surdez pré-lingual é aquela adquirida antes da aquisição da linguagem. O sujeito nasce surdo ou fica surdo até por volta de um ano e oito meses de idade. Como ele não tem um sistema de linguagem desenvolvido, certamente vai ter muitos problemas com a linguagem oral.

Quando o sujeito é um surdo pós-lingual, ou seja, quando ele adquiriu a surdez depois de haver constituído e organizado um sistema linguístico, as suas dificuldades serão diferentes de um surdo pré-lingual. O surdo pós-lingual certamente se comunicará pela fala, apoiado por recursos da área médica e tecnológica, como o aparelho de amplificação sonora individual e o tratamento fonoaudiológico para desenvolver a comunicação oral.

Neste trabalho, pretende-se focar a atenção no surdo pré-lingual, que é aquele que nasceu surdo ou ficou surdo antes de adquirir um sistema de linguagem, pois “[...] a aptidão para usar a linguagem articulada só se forma, em cada geração, pela aprendizagem da língua. O mesmo se passa com o desenvolvimento do pensamento ou da aquisição do saber”. (LEONTIEV, 2004, p. 284).

É impossível pensar na educação dos surdos sem pensar nessa relação que se estabelece entre linguagem e pensamento. Assim, Leontiev (2004), afirma que a aprendizagem de uma língua é a condição necessária para desenvolver não só a linguagem articulada, mas também o pensamento e a aquisição do saber.

Entende-se que para que a criança surda tenha acesso ao conhecimento é necessário assegurar a ela, o mais cedo possível, a aquisição de um sistema de linguagem. Nesse sentido, é válido afirmar que o desenvolvimento da linguagem ocorre de maneira diversa na criança ouvinte, na criança surda filha de ouvinte e na criança surda filha de surdos usuários da língua de sinais.

Sabe-se que existe uma predisposição para a aquisição da língua oral e para a língua de sinais em sujeitos surdos e em sujeitos ouvintes. Até por volta dos seis meses de vida, tanto as crianças surdas como as crianças ouvintes apresentam o balbucio oral e o balbucio manual.

A criança ouvinte, por volta dos seis meses de idade, interrompe o balbucio manual e dá sequência ao balbucio oral, aprendendo os fonemas próprios da língua oral de seus pais. A criança surda, por volta dos seis meses de idade, interrompe o balbucio oral e dá sequência a aprendizagem do balbucio manual, se obviamente, ela tiver convívio com usuários da língua de sinais, ou seja, se ela for filha de surdos usuários da língua de sinais. A criança surda filha de ouvintes, como ocorre com a maioria das crianças surdas, irá interromper o balbucio oral e não dará sequência ao

balbucio manual. Esse é o caso que mais acarreta transtorno à vida do sujeito.

A criança surda, filha de usuários da língua de sinais, terá um desenvolvimento de linguagem tão bom quanto o da criança ouvinte que convive com usuários da língua oral.

A privação da linguagem gera no sujeito surdo transtornos psíquicos emocionais e sociais “[...] a interrupção da fluência de informação na tenra infância, suscita pela surdez e cegueira, provoca bruscas contenções no desenvolvimento psíquico”. (LURIA, 1991, p. 2). Segundo o autor, não é a surdez e a cegueira que provocam bruscas contenções no desenvolvimento psíquico, mas é a interrupção da fluência de informações. Isso reforça a afirmação de que o surdo precisa ter organizado um sistema de linguagem para poder ter acesso à informação.

A criança surda, portanto, necessita ter acesso à língua de sinais, assegurada por meio da escola. A língua de sinais para a criança surda é o recurso de compensação necessário à superação dos transtornos impostos pela surdez.

#### **4 | A PROPOSTA DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE- LIBRAS E LÍNGUA PORTUGUESA NA EDUCAÇÃO DO ALUNO SURDO**

A proposta educacional bilíngue começou a estruturar-se no Brasil a partir do Decreto nº5626/05 que regulamentou a lei de Libras. O decreto prevê a organização de turmas bilíngues, constituídas por educandos surdos e ouvintes, onde as duas línguas, Libras e Língua Portuguesa, são utilizadas no mesmo espaço educacional. Define que para os alunos com surdez a primeira língua é a Libras e a segunda é a Língua Portuguesa na modalidade escrita, além de orientar para a formação inicial e continuada de professores e formação de intérpretes para tradução e interpretação de Libras e de Língua Portuguesa.

Devido à diferença linguística, orienta-se que o aluno surdo seja incluído com outros surdos em turmas comuns na escola regular. E que o ensino de Libras seja ofertado para os demais alunos da escola.

A proposta bilíngue representa um grande salto na história da educação dessa minoria linguística.

As prioridades do bilinguismo são: o domínio da língua de sinais e a escrita da língua majoritária do país onde o surdo vive. O bilinguismo considera a possibilidade do aprendizado da língua oral, mas o aluno surdo não precisa dominar a fala para aprender os conteúdos escolares formais.

Vivemos numa sociedade grafônica, onde tudo gira em torno da escrita. As informações que chegam até nós, vem na forma escrita, necessária para o acesso ao conhecimento, para o registro, sistematização e armazenamento de ideias, valores e conceitos.

O sujeito surdo que se comunica pela língua de sinais não pode prescindir do

domínio da língua escrita como instrumento para conseguir alcançar o conhecimento científico.

Vigotsky (2001) destaca o papel fundamental do aprendizado da escrita já nos anos iniciais de escolarização, uma vez que a escrita que vai desencadear na criança o desenvolvimento das funções que ainda não amadureceram nela.

Quando a criança vai para a escola, a primeira preocupação dos pais é sobre o aprendizado da leitura e da escrita. Isso é muito pertinente, pois sabemos que essa aprendizagem é um dos principais instrumentos para o aluno conseguir se apropriar do conhecimento historicamente acumulado pela humanidade e transcrito em forma de conteúdos escolares.

Muitos surdos usuários da Língua de sinais evidenciam dificuldades de leitura e escrita, mesmo ao término da educação básica e superior. Para melhor compreensão sobre essa dificuldade faz-se necessário analisar que toda língua que é sistematizada, possui sua estrutura e características próprias. A LIBRAS é uma língua visual-gestual. A oralidade (a fala) é uma língua de modalidade oral auditiva. A escrita do português, como sabemos, faz o registro da fala. A relação fonema-grafema, existente na língua portuguesa escrita, não corresponde ao que seria o registro escrito da LIBRAS.

O ensino da escrita é, atualmente, o maior desafio na área da educação dos surdos. Já se superou uma série de dificuldades na educação desses sujeitos, mas ainda não se superou a dificuldade do aprendizado da escrita. Atualmente, existem estudiosos dessa área que defendem a prática do letramento para a alfabetização desses alunos.

Recentemente, outros pesquisadores defendem que só ocorrerá o verdadeiro bilinguismo quando os surdos tiverem condições de se apropriar da escrita da língua de sinais como sua primeira língua.

A prática bilíngue na educação de surdos no Brasil existe há cerca de quinze anos. Pode-se considerar que o percurso ainda é curto nessa construção e que a maior parte dos professores ainda não domina esse conhecimento. Infelizmente, no Brasil, a escola bilíngue tem se revelado monolíngue.

Esse é um dos principais motivos que leva a maioria dos alunos surdos a saírem da escola sem saber ler e escrever, pois:

As práticas pedagógicas constituem o maior problema na escolarização das pessoas com surdez. Torna-se urgente repensar essas práticas para que os alunos com surdez não acreditem que suas dificuldades para o domínio da leitura e escrita são advindas dos limites que a surdez lhes impõe, mas principalmente pelas metodologias adotadas para ensiná-los.

Neste sentido, é necessário fazer uma ação-reflexão-ação permanente acerca deste tema, visando à inclusão escolar das pessoas com surdez, tendo em vista a sua capacidade de frequentar e aprender em escolas comuns, contra o discurso da exclusão e a favor de novas práticas educacionais na escola comum brasileira. (DAMÁZIO, 2007, p.21).

## 5 | AS NOVAS DIRETRIZES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO PROCESSO DE INCLUSÃO DO ALUNO SURDO

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o Atendimento Educacional Especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular.

Dentre as atividades de atendimento educacional especializado são disponibilizados programas de enriquecimento curricular, o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização e tecnologia assistiva.

Ao longo de todo o processo de escolarização do educando o atendimento educacional especializado deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum.

A interface da educação especial na educação indígena, do campo e quilombola deve assegurar que os recursos, serviços e atendimento educacional especializado estejam presentes nos projetos pedagógicos construídos com base nas diferenças socioculturais desses grupos.

Para o ingresso dos educandos surdos nas escolas comuns, a educação bilíngue – Língua Portuguesa/Libras desenvolve o ensino escolar na Língua Portuguesa e na língua de sinais, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua na modalidade escrita para alunos surdos, os serviços de tradutor/intérprete de Libras e Língua Portuguesa e o ensino de Libras para os demais alunos da escola.

O atendimento educacional especializado para esses educandos é ofertado tanto na modalidade oral e escrita quanto na língua de sinais. Devido à diferença linguística, orienta-se que o educando surdo esteja com outros surdos em turmas comuns na escola regular.

Quanto a formação dos profissionais do AEE, estes devem possuir conhecimentos específicos no ensino da Língua Brasileira de Sinais, da Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua, da adequação e produção de materiais didáticos e pedagógicos, da utilização de tecnologia assistiva e outros.

No Atendimento Educacional Especializado, por meio do ensino da LIBRAS o aluno tem acesso à base conceitual dos conteúdos curriculares desenvolvidos na sala de aula. A partir desse suporte, o aluno surdo adquire melhor compreensão dos conceitos estudados, pois o professor do AEE busca diferentes estratégias e recursos pedagógicos para facilitar a sua compreensão. Esses recursos também são compartilhados com os professores da sala de aula, pois o trabalho em parceria contribui significativamente para que o aluno obtenha melhores resultados em sua aprendizagem.

O planejamento do AEE em Libras deve seguir alguns passos essenciais: acolher os alunos, valorizando-os e mantendo uma relação de respeito e confiança; identificar as habilidades e necessidades educacionais específicas dos alunos, a partir de uma



avaliação inicial e das observações e avaliações contínuas; estabelecer parceria com os professores da sala de aula comum para a discussão dos conteúdos curriculares, objetivando a coerência entre o planejamento das aulas e o do AEE;

Estudar os termos científicos próprios das áreas específicas, em Libras, ampliando o vocabulário técnico de Libras, por meio da criação de novos sinais e aprofundando o conhecimento dessa língua;

No AEE de libras o professor deverá planejar o ensino dessa língua a partir dos diversos aspectos que envolvem sua aprendizagem, como: referenciais visuais, anotações em língua portuguesa, datilologia (alfabeto manual), parâmetros primários e secundários, classificadores e sinais.

O professor do AEE de Libras precisa ter conhecimento estrutural e fluência na Libras, desenvolver os conceitos em Libras de forma vivencial e elaborar recursos didáticos. O AEE deve ser planejado com base na avaliação do conhecimento que o aluno tem a respeito da Libras e realizado de acordo com o estágio de desenvolvimento da língua, em que o aluno se encontra.

No decorrer do atendimento os alunos interagem e vivenciam diálogos e trocas simbólicas. Os professores e os alunos recorrem a vários recursos pedagógicos, tais como DVDs, livros, dicionários, materiais concretos, dentre outros. O professor do AEE avalia sistematicamente a aprendizagem dos alunos em Libras: conhecimento dos sinais, fluência e simetria. Em fluência e simetria, analisa: configuração de mão; ponto de articulação; movimento; orientação e expressão facial. Avalia também o emprego de termos técnico-científicos, de acordo com o ano ou ciclo escolar em que o aluno se encontra.

A avaliação pedagógica como processo dinâmico considera tanto o conhecimento prévio e o nível atual de desenvolvimento do aluno quanto às possibilidades de aprendizagem futura, configurando uma ação pedagógica processual e formativa que analisa o desempenho do aluno em relação ao seu progresso individual, prevalecendo na avaliação os aspectos qualitativos que indiquem as intervenções pedagógicas do professor.

No processo de avaliação, o professor deve criar estratégias considerando que alguns alunos podem demandar ampliação do tempo para a realização dos trabalhos e o uso da língua de sinais, de informática ou de tecnologia assistiva como uma prática cotidiana.

Os sistemas de ensino devem organizar as condições de acesso aos espaços, aos recursos pedagógicos e à comunicação que favoreçam a promoção da aprendizagem e a valorização das diferenças, de forma a atender as necessidades educacionais de todos os alunos. A acessibilidade deve ser assegurada mediante a eliminação de barreiras nas comunicações e informações

## 6 | A EDUCAÇÃO DE SURDOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO: AVANÇOS E DESAFIOS

A educação direcionada a alunos surdos no município de Abaetetuba teve início em 1982, a partir de ações educacionais desenvolvidas pela Secretaria Estadual de Educação – SEDUC, órgão pertencente a rede estadual de ensino no estado do Pará. Iniciou em um período histórico em que a Educação Especial estava inserida no contexto do paradigma da integração, com forte movimento para a implantação da Associação de Pais e amigos dos Excepcionais – APAE no município.

Na integração, os educandos com deficiência auditiva passavam pelas classes especiais, onde deveriam ser “preparados” para posteriormente ingressar no ensino comum. Ressalta-se que no paradigma da integração, os educandos no município, eram atendidos em classes especiais e somente aqueles que apresentavam perda auditiva leve ou moderada conseguiam ser integrados no ensino comum e dar continuidade aos seus estudos.

Sabe-se que na segunda metade da década de oitenta, os países desenvolvidos já discutiam o paradigma da inclusão, baseados principalmente na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). No Brasil, a Constituição Federal de 1988 apresentou grandes inovações nesse sentido.

No entanto, foi a partir de 1996 que a educação Especial em Abaetetuba iniciou sua trajetória de reestruturação e redimensionamento de sua prática na perspectiva da Educação Inclusiva.

Em 1998, em decorrência do processo de municipalização do Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série, a Educação Especial passou a ser responsabilidade também da Rede Municipal de Ensino.

Com o crescimento da demanda educacional voltado para os educandos com deficiência auditiva, os profissionais da educação se sentiram mobilizados na busca por formação continuada. Assim, diante da oferta de diversos cursos específicos na área, em 2005, a Universidade Estadual Vale do Acaraú oportunizou aos professores, o Curso Básico Libras em Contexto e no ano de 2007, a Universidade Estadual do Pará – UEPA, trouxe para Abaetetuba, o primeiro Curso de Especialização em Tradução e Interpretação de Libras – Língua Portuguesa, contribuindo significativamente para a educação dos surdos.

A partir da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008, os educandos público-alvo da educação especial passaram a ter acesso ao ensino regular e ao Atendimento Educacional Especializado, como complemento às suas necessidades educacionais específicas, o que tem se revelado um significativo avanço no processo ensino-aprendizagem para esse público.

A Secretaria Municipal de Educação - SEMEC/Abaetetuba, junto ao Setor de Educação Especial, vem desenvolvendo importante trabalho voltado para a educação inclusiva, embasada nos fundamentos das Diretrizes da Política Nacional de Educação

Especial, realizando diversas ações.

Criou-se na rede municipal os Projetos: “Libras em Família”, “Libras na Escola” e “Professor Intérprete”. Estes projetos têm como objetivo promover formação à família, aos educandos e comunidade escolar, visando melhorar a comunicação e interação social, contribuindo significativamente para a inclusão dos alunos surdos

Destaca-se ainda a regulamentação de dispositivos legais direcionados ao público da Educação Especial em questão, tais como: a regulamentação da Lei municipal nº274/09 de 09/06/09, que cria a função de professor tradutor de LIBRAS/ Língua Portuguesa; a Lei nº 401 de 07/07/2014 que dispõe sobre a obrigatoriedade de Intérprete em Libras nos eventos públicos realizados no município de Abaetetuba; a Lei nº 408/2014, de 03/11/2014 que institui a semana municipal de conscientização e apoio aos deficientes auditivos no âmbito do município.

Os alunos surdos na rede municipal de ensino, portanto, têm acesso ao atendimento educacional especializado, bem como o atendimento fonoaudiológico, complementando suas necessidades educacionais específicas, fator que contribui significativamente no seu desenvolvimento.

Sabe-se, no entanto, que a educação bilíngue ainda não é uma realidade marcante em todas as escolas. A maioria dos professores do ensino comum que têm alunos surdos em suas turmas não sabem comunicar-se em Libras e não conhecem as especificidades do ensino da Língua Portuguesa escrita para surdos. Muitos educandos ainda não dispõem dos serviços do tradutor-intérprete de libras e Língua Portuguesa na sala de aula. E, a maior dificuldade observada é, sem dúvida, a aprendizagem da leitura e da escrita.

Percebe-se que a parceria da família nesse processo é de fundamental importância, uma vez que se torna visível os resultados obtidos pelos alunos que recebem apoio familiar. Esse apoio é expresso no compromisso dos pais quanto à assiduidade e pontualidade do seu filho aos atendimentos e na demonstração de expectativas positivas com relação ao desenvolvimento do seu potencial.

A participação dos pais no projeto libras em família é outro fator que revela o interesse por parte dos Pais em aprender LIBRAS para ter melhores condições de participar da educação de seus filhos. Infelizmente esses ainda não representam a maioria.

Quanto a dificuldade no processo de alfabetização e letramento do aluno surdo, sabe-se que, pelos estudos e pesquisas realizadas nessa área, esse é o aspecto que representa o maior desafio na educação dos surdos.

A aprendizagem da Língua Portuguesa escrita, como segunda língua para o aluno surdo, é algo bastante complexo, como já exposto anteriormente, principalmente por esta não representar a transcrição da língua de sinais (visual-gestual) e sim da língua oral/auditiva.

Atualmente os educandos com surdez matriculados na rede municipal de ensino, nas séries iniciais, bem como na Educação de Jovens e Adultos-EJA já apresentam

considerável avanço no seu desenvolvimento. Contudo, muitos ainda tem pouco ou nenhum contato com sua própria língua, o que faz com que seus conhecimentos e seu vocabulário sejam restritos, dificultando a apropriação de conhecimentos gerais, dos mais simples aos mais complexos.

Nota-se que a aquisição de um sistema linguístico é fator imprescindível para o acesso da pessoa com deficiência auditiva ao conhecimento, para que esta possa ter mais oportunidades de aprender e ampliar o uso de sua língua materna e LIBRAS, possibilitando seu desenvolvimento, o exercício da cidadania, e a inclusão social.

Porém, diante da realidade educacional constatada na sociedade brasileira e retratada no município de Abaetetuba, infelizmente nem todos os educandos surdos têm o atendimento educacional especializado do qual realmente necessita, principalmente pela falta desse profissional em localidades do campo (região de ilhas e ramais)

## 7 | CONSIDERAÇÕES

Percebe-se que nos últimos anos têm ocorrido significativos avanços em relação à educação Inclusiva no município de Abaetetuba, principalmente na esfera conceitual. Porém, é visível a necessidade de reconhecimento, da efetivação e melhor articulação das políticas públicas integradas entre os setores governamentais e não governamentais, bem como a importância de ações de formação continuada a todos os profissionais da educação para que os educandos com deficiência auditiva ou surdez tenham acesso aos recursos necessários ao seu processo ensino-aprendizagem.

## REFERÊNCIAS

ALVEZ, C. B.; FERREIRA, J. P.; DAMÁZIO, M. M. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com surdez**. Brasília: MEC/SEESP/ Universidade Federal do Ceará, 2010.

BEHARES, Luis Ernesto. **Novas correntes na educação do surdo: dos enfoques clínicos aos culturais**. Santa Maria, UFSM, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº5.626 de 22 de dezembro de 2005**. Brasil. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos.

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. **Atendimento Educacional Especializado: Pessoa com Surdez**. Brasília-DF: MEC/SEESP, 2007.

GOLDFELD, Márcia. Surdez. In: Goldfeld, Márcia. **Fundamentos em fonoaudiologia: linguagem**. Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 2003.

LEONTIEV, A. N. **O Desenvolvimento do Psiquismo**. São Paulo: Centauro 2004.

LURIA, Alexander Romanovich. **Curso de psicologia geral**. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Atendimento Educacional Especializado: Aspectos Legais e Orientações Pedagógicas**. Brasília- DF: MEC/SEES, 2007.

PERLIN, G. Identidades surdas. In: SKLIAR, C. (Org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998

\_\_\_\_\_, G. O lugar da cultura surda. In: THOMA, A. da S.; LOPES, M. C. (Orgs.). **A invenção da surdez: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

PIMENTA, N. Oficina – **Palestra de cultura e diversidade**. In: VIII Seminário Nacional do INES. [Anais] Rio de Janeiro: INES, 2001

RAPOLI, E. P. et al. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP/Universidade Federal do Ceará, 2010.

SKLIAR, C. Os estudos surdos em educação: problematizando a normalidade. In: SKLIAR, C. (Org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998

VYGOTSKI, L.S, LURIA, A.L, LEONTIEV, A.N. **Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem**. São Paulo: Ícone, 2001

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-030-8



9 788572 470308